

A luta de classes no Brasil no final do século XX

Selmo Nascimento da Silva

Colégio Pedro II – CP II
selmonsilva@yahoo.com.br

1. Introdução

A classe trabalhadora consagrou a greve como seu principal instrumento de luta e resistência à exploração e à opressão impostas pelas classes dominantes. O estudo dos movimentos grevistas permite o entendimento da dinâmica e do estágio da luta de classes, identificando tanto a capacidade de organização e o patamar da consciência de classe dos trabalhadores, quanto as estratégias do Capital e do Estado na contenção e domesticação da classe trabalhadora.

Assim, a presente pesquisa analisa três importantes movimentos grevistas que marcaram a luta de classes no Brasil nas últimas décadas do século XX: as greves dos metalúrgicos do ABC paulista de 1978 e 1979, a greve dos trabalhadores da CSN de 1988 e a greve dos petroleiros de 1995. Esses são três momentos distintos do desenvolvimento do capitalismo e da conjuntura política brasileira, mas que analisados em conjunto permitem o entendimento do conflito entre as classes sociais em ocasiões que determinaram os rumos do país.

Portanto, o objetivo do presente estudo é compreender a dinâmica e as contradições da luta de classes no Brasil, a partir da análise desses três movimentos grevistas num período histórico de rupturas e consolidação do neoliberalismo. Trata-se não só da análise do conflito entre as classes, mas também dos conflitos no interior das classes e dos projetos de sociedade em disputa.

2. As greves de 1978 e 1979: o nascimento do “novo sindicalismo”.

Dez anos depois da violenta repressão da Ditadura Militar sobre o movimento grevista dos operários de Osasco (1968), em maio de 1978 cerca de 100 operários da Saab-Scania de São Bernardo do Campo cruzaram os braços diante das máquinas. A ação dos trabalhadores da Scania detonou um

movimento grevista que se estendeu por nove semanas (12 de maio a 13 de julho), atingindo 213 fábricas de nove cidades do Estado de São Paulo e chegando a um total de 245.935 trabalhadores em greve.

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1989), dois fatores foram importantes para a deflagração do movimento grevista de 1978: o governo Militar admitiu a manipulação dos dados oficiais da inflação de 1973 e 1974 e, portanto, os trabalhadores tiveram uma perda salarial de 34,1%. O outro fator foi a emergência de lideranças sindicais combativas que faziam oposição às direções sindicais pelagas atreladas ao Estado¹.

Ricardo Antunes (1988) procurou explicar a origem do movimento a partir das condições de vida e trabalho dos operários durante a década de 1970:

“Maio de 78 tem suas raízes no cotidiano operário, tecido especialmente nos primeiros anos da década. Finda a euforia do ‘milagre’, o afloramento da crise econômica atingia ainda mais diretamente a classe trabalhadora, que pautava a sua atuação nos marcos da *resistência* contra o binômio arrocho-arbítrio, superexploração-autocracia, que, entrelaçados intimamente, impunham ao proletariado uma dura realidade” (Antunes, *op. cit.*, pp. 13-14).

A greve dos metalúrgicos foi o estopim de uma onda grevista que se espalhou pelas principais capitais e centros econômicos do país. Foram registradas 118 greves, envolvendo diversas categorias que reivindicavam reajustes salariais, melhores condições de trabalho, direitos sindicais e trabalhistas (ver Alves, *op. cit.*, pp. 250-251 e Mattos, 2009, p. 120).

No ano seguinte, a continuidade das greves dos operários das indústrias metalúrgicas do ABC assumiu uma maior amplitude, sendo caracterizada, por militantes e estudiosos, como uma “greve geral dos metalúrgicos” (Antunes, *op. cit.*). As reivindicações continuaram as mesmas: a luta pelo reajuste salarial (reivindicando 75% de aumento), conseqüentemente, contra a política de arrocho salarial dos governos militares e da superexploração (*Id.*, p. 58).

A repressão promovida pelo Capital e pelo Estado também teve maior amplitude. As medidas preventivas tomadas pelos empresários impediram a

¹ As lideranças sindicais combativas, tais como Luiz Inácio Lula da Silva (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), João Paulo Pires de Vasconcelos (Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade), Arnaldo Gonçalves (Sindicato dos Metalúrgicos de Santos), Hugo Peres (Federação dos Metalúrgicos de São Paulo), romperam efetivamente com o sindicalismo pelogo durante o V Congresso da CNTI, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1978 (Ver Rodrigues, 1991, p. 15).

ocupação dos locais de trabalho, por isso “*as greves foram empurradas para as ruas; os trabalhadores tiveram assim de organizar piquetes e enfrentar a polícia*” (Alves, *op. cit.*, p. 253). Além das demissões e da violência policial como formas de repressão, o Estado também promoveu a intervenção nos três sindicatos do ABC envolvidos na “greve geral metalúrgica”. Diante do quadro de repressão, o estádio de Vila Euclides de São Bernardo foi palco das assembleias dos operários e a Igreja Matriz foi usada como sede do comando de greve.

Em escala nacional, os trabalhares dos mais diversos setores (além dos metalúrgicos, destacam-se as greves dos transportes urbanos, da construção civil, dos professores, servidores públicos, mineiros e bancários) fizeram paralisações, num total de 246 greves que mobilizaram cerca de três milhões de trabalhadores (Mattos, *op. cit.*, p. 120).

Se as greves se intensificaram pelo país, a repressão também se intensificou, como relata Maria H. M. Alves:

“No decurso de 1979, intensificou-se progressivamente a repressão, em especial, contra professores e bancários em greve. O Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos dos bancários das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, afastando dirigentes eleitos de 24 outros (...). Os professores enfrentaram a Polícia Militar e viram permanentemente fechada sua associação no Estado do Rio de Janeiro. Em setembro de 1979, os metalúrgicos de São Paulo votaram pela entrada em greve, apesar da oposição do presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade. A greve sofreu a mais drástica repressão do governo, com o emprego de tropas para dispersar piquetes, invasão de igrejas para dissolver reuniões de apoio e perseguição a grevistas em seus bairros de residência. Em confronto entre a Polícia Militar e grevistas na porta de uma fábrica, foi baleado Santo Dias da Silva, um dos principais organizadores sindicais católicos” (Alves, *op. cit.*, pp. 255-256).

Esse quadro de acirramento da luta de classes no Brasil encontrava-se dentro de uma conjuntura de mudanças significativas do sistema capitalista, pois depois de décadas de crescimento dos lucros e de expansão global do capital financeiro e industrial, o regime de acumulação rígida de capitais, cujo modelo produtivo era taylorista-fordista, começou a se esgotar e no final da década de 1960 estava em crise na década de 1970, gerando a queda na taxa de lucro e estagnação econômica. Além disso, a crise do Petróleo e o desmoronamento do sistema Breton Woods agravaram a conjuntura

econômica. Tratava-se de uma crise estrutural do capitalismo que era o sintoma da superação da fase monopolista de Estado, isto é, do período em que predominou o intervencionismo estatal de tipo fordista-keynesiano

No Brasil, o bloco no poder pós-64 intensificou sua unidade interna e sua interdependência maximizando as possibilidades e as contradições do padrão de acumulação após-1950 nos marcos do desenvolvimentismo, graças à violenta repressão das demandas populares de reforma social e distribuição de renda. Portanto,

“a etapa do ‘milagre brasileiro’ foi marcada por um processo de monopolização que, além de gerar concentração e centralização de capitais nunca vistas, expandiu a lógica concentracionista do capital para as mais diversas regiões e economias da formulação social brasileira (...). E essa lógica foi determinada pela altíssima taxa de lucratividade exigida pela remuneração do capital monopolista, o que impedia que os excedentes gerados pela economia fossem revertidos num processo de distribuição de renda” (Maciel, 2004, p. 72).

Por isso, no Brasil essa crise estrutural do capitalismo se caracterizou pelo fim do “milagre brasileiro”, resultante na modernização conservadora implementada pela Ditadura Civil e Militar. A crise de acumulação do capitalista brasileiro foi em decorrência do esgotamento do padrão de industrialização de tipo taylorista-fordista centrado na produção de bens de consumo duráveis, sob o comando do capitalismo internacional (Alves, 2000a). A resposta do governo militar para a crise foi o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que, ainda nos marcos do desenvolvimentismo, objetivava mudar o padrão de acumulação de capitais fortalecendo a de produção de bens de capital, setor que o Estado superava o capital privado, em substituído a produção de bens de consumo duráveis. Além disso, foi adotada uma política econômica inflacionária e de aumento do endividamento externo como forma de manter os níveis de crescimento da economia.

Essas medidas foram insuficientes para conter a crise estrutural do capitalismo. Em escala mundial o sistema capitalista apontava para a reestruturação produtiva, isto é, para adoção de um regime de acumulação flexível de base toyotista e de um modelo de Estado neoliberal como as saídas da crise. Internamente o modelo desenvolvimentista alicerçado no endividamento do Estado para financiar o crescimento econômico chegou ao seu limite provocando a crise de balança de pagamentos. Com a crise, a

unidade no interior do bloco no poder começava a ser questionada e as ideias liberalizantes ganhavam espaço.

O ABC paulista estava no olho do furacão, pois foi a sua industrialização nessa região, a partir de 1950 com a instalação de multinacionais produtoras de bens de consumo duráveis, o principal pilar do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro. A classe trabalhadora foi duramente atingida com o recrudescimento da política de arrocho salarial, com a intensificação da surperexploração e com o aumento do custo de vida. Portanto, condições materiais dos operários do ABC, numa conjuntura de crise do capitalismo, e o desenvolvimento das forças coletivas dos trabalhadores, a partir da organização de oposições sindicais e da emergência de lideranças sindicais combativas, contribuíram decisivamente para os confrontos de 1978 e 1979.

Ricardo Antunes defende a tese de que as greves dos metalúrgicos do final dos anos 70 foram *greves espontâneas*, isto é, “sua lógica foi ditada pela dura realidade do cotidiano operário, não contando com uma *direção consciente*” (Antunes, *op. cit.*, p. 32). Apresentar essa caracterização é importante porque permite um debate sobre a dialética das formas da greve e das estratégias de luta da classe trabalhadora, temas que serão aprofundados mais adiante. Por agora, é importante destacar que ao caracterizar as greves do ABC como *espontâneas*, Antunes aponta para os limites das greves dessa natureza, ou seja, estão presas ao imediatismo das condições de vida dos operários e são movidas pelo instinto dos trabalhadores, onde

“a ação teleológica ocorre como resultado de uma situação concreta que levou, sem prévia ideação social ou política, à eclosão daquele evento. É algo que brota da própria situação da classe, em sua processualidade e desenvolvimento e se atém ao plano da imediatidade. A *ação espontânea é, portanto, aquela que se atém ao nível da consciência da contidianeidade, da consciência contingente*” (*Id*, p. 195).

As teses de Antunes se tornaram as principais interpretações das greves do ABC, tanto em termos acadêmicos quanto em termos construção da própria história do movimento operário e sindical brasileiro. Nesse sentido, a principal importância do movimento grevista residiu no fato de ter contribuído decisivamente para a reorganização do movimento sindical brasileiro na década seguinte com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

em 1983, como resultado da concretização da ação política do “novo sindicalismo”.

É importante levantar algumas questões sobre a afirmação do caráter espontâneo das greves dos metalúrgicos, considerando a conjuntura política brasileira, a correlação de forças entre as classes e o estágio de desenvolvimento das forças coletivas da classe trabalhadora. Na década de 1970 os trabalhadores enfrentavam uma violenta ofensiva do Estado e do Capital. Estava em plena vigência o AI-5, as greves de 1968 foram exemplarmente reprimidas, a resistência armada sofria duros golpes e os sindicatos oficiais eram verdadeiros representantes do Estado frente aos trabalhadores. Mas é nessa conjuntura desfavorável que as oposições sindicais se organizam, enfrentando as direções delegas e construindo comissões de fábrica; setores da Igreja Católica, especialmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Pastoral Operária, ofereceram espaços para a organização de movimentos de contestação; e lideranças sindicais combativas assumiram importantes sindicatos. Efetivamente, não existiam direções sindicais ou partidos políticos atuando de maneira decisiva para a eclosão das greves do ABC, mesmo porque a conjuntura política era extremamente adversa. Entretanto, existiam os trabalhadores lutando e tentando construir alternativas de organização (via oposições, comissões de fábrica e espaços da Igreja Católica).

O objetivo do debate proposto pelo presente trabalho não é questionar se as greves de 1978 e 1979 foram espontâneas ou não, mas sim debater a própria noção de espontaneidade e seu papel no desenvolvimento das forças coletivas dos trabalhadores, considerando a dialética entre ação e organização. Para atingir esse objetivo é necessária a reflexão sobre outros movimentos grevistas igualmente importantes na história dos trabalhadores brasileiros.

3. A greve de 1988: a violência de classe em tempos de democracia.

Dez anos depois das greves de maio do ABC paulista, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional organizaram mais um movimento de paralisação e ocupação da siderúrgica. Na madrugada do dia 7 de novembro de 1988, quatro lideranças sindicais pularam a cerca da usina e começaram o

movimento, “o arrastão”, chamando os operários para a greve, que havia sido deliberada na assembleia do dia 4 de novembro. Os metalúrgicos apresentaram a seguinte pauta de reivindicações: 1) turno de 6 horas, 2) pagamento de 17% relativos à URP, 3) readmissão dos demitidos por motivos de greve, 4) pagamento dos 26% do Plano Bresser e 5) fim das listas negras da CSN.

A greve de novembro de 1988 era mais um movimento reivindicatório dos trabalhadores da CSN, que inauguraram em 1984, por ocasião da primeira greve da história da companhia, um período de muitas mobilizações e enfrentamentos, não só da direção da estatal, mas também das forças repressivas do exército.

Os anos de 1980 marcaram uma mudança significativa na organização operária da CSN: as diretorias pelegas que dominavam o sindicato há décadas foram derrotadas nas eleições de 1983 pela “Oposição Sindical”. O setor oposicionista começou a se organizar no final dos anos de 1970, impulsionado pelo “novo sindicalismo”. Segundo Wilma Mangabeira o

“‘Grupo de Oposição Sindical’ nasceu da união de alguns trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional com operários de outras companhias para contestar a liderança de Lustrosa [representante do peleguismo]. A Igreja Católica progressista teve um importante papel no início do movimento, proporcionando-lhe um local de reunião e oferecendo apoio moral e material. (...) Nota-se que a ‘Oposição Sindical’ local encontrava apoio em grupos semelhantes que surgiram em outros pontos do país e se beneficiava com a ascensão geral do movimento sindical desde 1978” (Mangabeira, 1993, p. 77).

As gestões do grupo ligado ao “novo sindicalismo” foram marcadas pelo trabalho de base, pela combatividade do movimento e pela repressão da diretoria da CSN e do Estado, esse último empregando não só a Polícia Militar para reprimir os movimentos, mas também, a partir de 1986, o Exército se tornou o principal instrumento de contenção das greves em Volta Redonda.

O movimento dos metalúrgicos do Sul Fluminense estava em consonância com o movimento dos trabalhadores em escala nacional. O que se viu na década de 1980 foi a classe trabalhadora em ascensão:

“As greves por categoria, dominantes no primeiro impulso pós-1978, continuaram a existir, mas passaram a ser mais numerosas as paralisações por empresa. Os métodos também foram diversificados. Greves com ocupação, greves ‘pipoca’, operações ‘padrão’, ‘vaca brava’

e 'tartaruga', foram algumas das novas formas que surgiram no período. Greves nacionais (como as dos bancários em 1985, e diversas paralisações dos professores e servidores universitários ao longo da década) e paralisações de categorias 'novas' na atividade sindical, como os funcionários públicos, também marcaram essa fase. Entre 1983 e 1989, foram convocadas, ainda, quatro grandes greves gerais nacionais. Apresentando variações quanto ao nível de adesão às paralisações, essas greves gerais representaram, em seu conjunto, uma possibilidade de unificação das lutas e de elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que nesses casos dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente à salarial, incluindo bandeiras mais amplas, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa. A greve geral de 1989, com a participação de mais de 20 milhões de trabalhadores, por dois dias, foi a maior da história brasileira e a última grande demonstração de força do novo sindicalismo. O crescimento dos movimentos grevistas tem uma de suas explicações na reivindicação básica dos trabalhadores naqueles anos: reajustes salariais que pudessem limitar as perdas provocadas pela inflação, que, com a crise do modelo econômico da ditadura, atingia patamares astronômicos" (Mattos, *op. cit.*, p. 121).

Giovanni Alves (2000a) explica essa ascensão do movimento dos trabalhadores argumentando que a luta de classes dos anos de 1980 se caracterizou pela luta pelo controle da produção: de um lado a burguesia implementando um toyotismo restrito (introdução seletiva de mecanismos de flexibilização produtiva: Círculos de Controle de Qualidade - os CCQ's - e o sistema *just-in-time/kaban*); de outro o movimento sindical em ascensão organizado pela base (oposições sindicais e comissões de fábrica). Se a retomada do processo de acumulação de capitais passava pela necessidade do capital de controlar a força de trabalho no local de trabalho, o "novo sindicalismo" utilizava como estratégia de reorganização dos trabalhadores o "chão da fábrica", ao mesmo tempo em que ganhou reconhecimento social por suas práticas sindicais "insubmissas e de confronto" (Alves, 2000b, p. 116).

Aqui é importante ressaltar que o capitalismo passava por transformações em escala mundial em resposta a crise de acumulação fordista dos anos de 1970. A resposta do Capital e o Estado foi a ofensiva sobre a classe trabalhadora a partir da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais: 1) flexibilização e precarização das relações de trabalho com o desmonte das legislações trabalhistas, sociais e previdenciárias; 2) reestruturação de seus parques produtivos com a substituição do fordismo pelo toyotismo; e 3) liberalização e desregulamentação financeira e comercial,

permitindo a mundialização do capital. Trata-se da superação da etapa monopolista de Estado e o início de uma nova fase de acumulação de capitais: a etapa do *capitalismo ultramonopolista*. Trata-se de uma etapa dominada pelas políticas estatais neoliberais, articuladas ao regime flexível de acumulação de capitais, sob o comando dos oligopólios transnacionais².

No caso brasileiro, o processo de reestruturação produtiva e de reforma do Estado estava incompleto nos anos 1980. O Estado e o Capital procuravam alternativas para superar a crise do capitalismo da década anterior, que se expressava na economia nacional em crises macroestruturais: hiperinflação, crise da dívida externa e crise da balança de pagamentos. As medidas de flexibilização do toyotismo restrito (CCQ's, *just-in-time* e as novas tecnologias) eram insuficientes para responder à crise e as mudanças do capitalismo em escala mundial. Por isso, o processo de gradual de abertura política apontava para a necessidade de superação não só do Regime Militar, mas também do modelo do Estado intervencionista e das políticas desenvolvimentistas que caracterizaram o período ditatorial³.

A intensificação das lutas dos operários da CSN expressão efetivamente toda essa conjuntura de efervescência política e de crise econômica brasileira. Em termos do contexto da luta de classes, os confrontos se davam em duas frentes: as lutas econômicas (contra o arrocho salarial) e as lutas pelo controle da produção. Nesse último caso, a CNS começou a implantação de medidas de flexibilização da produção no início dos anos de 1980, com a introdução do trabalho em equipe e a flexibilização dos postos de trabalho, acompanhando a introdução de novas tecnologias (Mangabeira, *op. cit.*, p. 94). Essas medidas geram muitos conflitos no “chão da fábrica”, pois elas dependem da cooperação dos trabalhadores. A disposição combativa dos dirigentes do “novo sindicalismo” e sua atuação junto as base (presença nas CIPAS e nas comissões de fábrica) era um obstáculo à cooperação exigida pelas medidas do toyotismo restrito.

² Sobre o processo de concentração de capitais via fusões e aquisições e o estabelecimento dos oligopólios em escala mundial ver Chesnais, 1996.

³ Maciel argumenta que: “na medida em que a crise econômica se agravou, colocando o governo militar numa situação de isolamento político que acelerou a crise do cesarismo militar. Esta não atingiu o caráter de crise de hegemonia (...); porém, determinou um processo de acomodação no interior da arena da disputa política, cujo efeito mais expressivo foi a ascensão do campo de interlocução liberal à condição de dirigente do processo político” (Maciel, *op. cit.*, pp. 280-281).

A intervenção constante do Exército provocava o acirramento dos confrontos em Volta Redondo. Ao mesmo tempo deixava explícitos os limites democráticos do governo de José Sarney e da própria Constituição promulgada em 1988. Na prática a abertura democrática não diminuiu as ações violentas para reprimir o movimento operário.

É nessa conjuntura de acirramento e luta contra o arrocho salarial que é deflagrada a greve de novembro de 1988. Resultante de condições materiais dos operários e da radicalização da categoria:

“No movimento de novembro a organização dentro da usina está ferrenha. A própria direção do sindicato, no entanto, ainda não sabia avaliar direito o nível desta organização e sua força. A bem da verdade, quem começou o movimento de novembro foi a ‘arigozada’. O movimento começou mesmo nas portas da fábrica” (Veiga & Fonseca, 1990, p. 78).

Edilson Graciolli faz a seguinte avaliação do contexto da greve de novembro:

“A greve na CSN necessariamente significava explosão latente. Usina de capital produtivo estatal de importância singular para a acumulação capitalista, complexo industrial explosivo, área considerada de segurança nacional e cotidiano fabril impregnado de relações despóticas compunham o cenário em que o calor propagado não advinha apenas dos equipamentos e instalações, pois também era produzido pelo clima opressivo, militarizado, sobre o operário” (Graciolli, 1994, p. 83).

O desfecho desse contexto de radicalização da luta de classes foi o massacre dos operários em greve no dia 9 de novembro (terceiro dia da greve de ocupação). O Exército invadiu a CSN para desocupar a usina e acabar com o movimento. Durante ação violenta de desocupação três operários foram executados pelas tropas: Carlos Augusto Barroso, executado com uma coronhada na cabeça, Walmir Freitas Monteiro, executado com um tiro no peito, e William Fernandes Leite, executado com um tiro na nuca (*Id*, p. 104).

A violência do Estado não pôs fim ao movimento. Na verdade, o martírio dos operários provocou a ampliação do movimento que ultrapassou os muros da usina e o limites da Cidade do Aço: “a luta não era mais só da categoria dos metalúrgicos, era do povo de Volta Redonda” (*Id*, p. 105).

A execução sumária dos operários da CSN foi o prelúdio do significado real da democracia burguesa para a classe trabalhadora: a continuidade da repressão e da violência como instrumentos de domesticação dos

trabalhadores. A violência aberta do Regime Militar se converteu numa violência dissimulada na Nova República. Os massacres de Corumbiara (1995) e El Dourado dos Carajás (1996), as chacinas do Carandiru (1992) e de Vigário Geral (1993) e a repressão do Exército à greve dos petroleiros (1995), são os exemplos mais conhecidos da continuidade da violência latente do Estado sobre a classe trabalhadora.

Sobre o caráter e a natureza da greve da CSN, Edilson Graciolli retoma o debate sobre a dicotomia *greve espontânea-greve não-espontânea*. Recorrendo a literatura marxista, Graciolli tem o mesmo entendimento de Antunes: uma greve espontânea é desprovida de uma direção consciente. Entretanto, características da organização de base daqueles operários, especialmente a presença ativa das comissões de fábrica, que inclusive as comissões foram responsáveis pela mobilização e organização dos operários no período em que vários diretores foram demitidos (*Id*, p. 95), levaram Graciolli a considerar que não existiu, no caso da greve de novembro de 1988, um movimento puramente espontâneo ou puramente consciente. Ele recorre a noção gramsciriana de *disciplina*, ou seja, “*uma unidade articulada da espontaneidade com elementos de direção consciente*”, sendo que esses últimos, “*na deflagração da greve, manifestaram-se pelo trabalho das lideranças intermediárias, através das comissões de fábrica*” (*Id*, pp. 95-96). Essa encruzilhada em que chegou Graciolli será importante para a retomada desse debate mais adiante.

Antes de passar para a análise da greve dos petroleiros de 1995, é fundamental destacar duas teses sobre as lutas e a organização dos trabalhadores na década de 1980: as teses dos sociólogos Armando Boito Jr. e Giovanni Alves. Os estudos do primeiro destacaram a importância da estrutura do sindicalismo de Estado e das práticas e ideologias neocorporativistas no interior do movimento. Assim, a opção cutista em se organizar por dentro da estrutura sindical corporativa de Estado e, portanto reproduziu seus efeitos: manutenção da tutela estatal sobre os sindicatos (Boito, 1999). Por sua vez, Alves argumenta que as greves não romperam efetivamente as ações tipicamente corporativistas, na verdade expressavam “*um novo tipo de ‘egoísmo de fração’, ou seja, o neocorporativismo setorial*” (Alves, 2000b, p. 115). O entendimento dessas condições objetivas e subjetivas da classe

trabalhadora é fundamental para a compreensão do desenvolvimento da luta de classes no Brasil nas últimas décadas do século XX.

4. A greve dos petroleiros e a hegemonia neoliberal

No dia três de maio de 1995 os trabalhadores da Petrobrás iniciaram a maior greve da história dos petroleiros. A greve dos petroleiros durou um mês e marcou não só a história da categoria, mas também a história da luta de classes no Brasil, fechando, conforme o presente trabalho pretende defender, um ciclo da luta de classes no país que se iniciou nas greves do ABC no final de 1970.

A pauta de reivindicações tinha sete itens específicos da categoria: 1) cumprimento do Protocolo assinado em 25/11/94; 2) reposição das perdas salariais pelo ICV-Dieese – 23,63%; 3) reintegração dos demitidos; 5) política de contratações através de concursos públicos; 6) pagamentos dos passivos trabalhistas; e 7) suspensão imediata da implantação do GDP, das flexibilizações de normas e multifunções. Mas as reivindicações não se resumiam a essa pauta específica, pois no mesmo dia várias categorias entraram em greve (eletricitários, telefônicos, previdenciários, servidores técnicos administrativos das Universidades Federais e da saúde), todas articuladas pela CUT. As reivindicações gerais, como a luta contra a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações e a crítica ao Governo FHC, tentavam garantir a unidade desse movimento.

Os petroleiros lançam seu movimento grevista em meio a uma nova conjuntura da luta de classes no Brasil. Na década de 1990, a “década neoliberal”, a correlação de forças na luta de classes se altera com a ofensiva do Capital e com a “crise do sindicalismo”.

“A partir dos anos 90, ocorrem importantes mudanças organizacionais e tecnológicas nas empresas, impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial. É o que sugerimos como uma passagem para um “toyotismo sistêmico”, cuja característica é promover a debilitação da classe, não apenas em sua dimensão subjetiva, mas objetiva. Por um lado, a *captura da subjetividade do trabalho* através de uma luta ideológica vigorosa, expressa nos investimentos em estratégias de manipulação do consentimento operário, tais como os Programas de Qualidade Total, CCQ's etc. Por outro lado, mais cruel ainda, a destruição do coletivo operário, através da terceirização, da

descentralização produtiva e do desemprego, uma das maiores marcas das políticas neoliberais”. (Alves, 2000b, p. 113).

Com a implementação das políticas neoliberais a partir do Governo Collor (1990-92), o Brasil foi inserido numa posição subordinada na economia globalizada, o que provocou a ampliação das formas de exploração e opressão da classe trabalhadora, agora submetida a um regime de acumulação flexível de capitais, característico do capitalismo na sua fase ultramonopolista.

Segundo Armando Boito Jr. e Giovanni Alves, os anos de 1990 marcaram uma reorientação na política do movimento sindical: “novo sindicalismo” abandonou a estratégia do confronto dos anos 1980 e adotou uma orientação “propositiva”, isto é, a perspectiva de que os sindicatos devem propor soluções aos problemas sociais e econômicos do país, participando de fóruns de políticas públicas e tripartites. A perspectiva do *sindicalismo propositivo* se tornou a linha política da CUT a partir da aprovação no 4º (1991) das teses da Articulação Sindical. Pode-se afirmar que o predomínio do *sindicalismo propositivo* da CUT produziu dois importantes efeitos: no plano das políticas nacionais, a colaboração das centrais sindicais com os governos neoliberais, participando de fóruns governamentais, recebendo recursos estatais e gerindo projetos de qualificação dos trabalhadores sob a égide do toyotismo; e, no plano das políticas nos locais de trabalho, os sindicatos de base reproduzem o neocorporativismo.

Como consequência dessa mudança da linha política da CUT e da ofensiva do Capital o movimento dos trabalhadores entra num período de refluxo das lutas:

“A escalada grevista dos anos de 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1.034 em 1994, 1.056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, em 1996, foram 1.258, que se reduziram, em 1997, a 630 (Dieese). Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior é grande, também pelo fato de que o número de trabalhadores envolvidos e do número de jornadas perdidas apresentar uma queda bastante significativa” (Mattos, *op. cit.*, p. 126).

Considerando essa conjuntura, a greve dos petroleiros de 1995 pode ser considerada a última mobilização de confronto efetivo do “novo sindicalismo” como o Estado e o Capital. O movimento sindical dos petroleiros se filia ao

“novo sindicalismo” no seu nascedouro: durante as greves do ABC de 1978 e 1979 os Petroleiros de Campinas arrecadam recursos para o fundo de greve dos metalúrgicos; diversos sindicatos da categoria participam da fundação da CUT e aderiram as Greves Gerais convocadas pela central na década de 1980. Inclusive, no ano da terceira Greve Geral (1987), as forças do Exército foram chamadas para reprimir o movimento grevista dos petroleiros. Na verdade, o Exército foi empregado para reprimir seis greves da categoria entre 1960 e 1995. Mostrando ser essa uma estratégia recorrente do Estado para conter movimento dos trabalhadores de empresas tão estratégicas como a CSN e a Petrobrás.

A categoria tem um longo histórico de luta. A primeira greve ocorreu em 1960 e foi puxada pelo Sindipetro/BA, reivindicando equiparação salarial, melhores condições de trabalho e alojamentos e tratamento igualitário com os estrangeiros. Dessa data em diante, os petroleiros fizeram mobilizações e lutas constantes

“contra a superexploração, por condições dignas de trabalho, pelo caráter público da companhia, pontificando-se continuamente atentos às bandeiras democráticas e progressistas na sociedade brasileira. Associam, na maioria das vezes, as lutas econômicas às políticas” (Romão, 2009, p. 41).

As lutas na primeira metade da década de 1990 não foram diferentes, mas tinham um componente novo: diante da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, a luta contra a superexploração assumia contornos de resistência aos processos de deterioração das condições de trabalho e de privatização da Petrobrás.

A ofensiva do Capital e do Estado neoliberal sobre os trabalhadores da Petrobrás se expressou na introdução dos sistemas de automação de controle da produção, dos Sistemas Digitais de Controle Distribuído (SDCD) e Centros Integrados de Controle (CIC); dos CCQ's; dos sistemas *just-in-time* e *kanban*; das políticas de corte de gastos, com as políticas de demissões e de terceirização; e nos projetos de quebra do monopólio estatal e de privatização da empresa.

Essas medidas garantiram a reprodução da acumulação de capitais com a ampliação do faturamento da Petrobrás, que subiu de 20.448 bilhões de dólares, em 1990, para 35.496 bilhões de dólares, em 2000 (Romão, 2006, p.

213). De maneira inversa, as mesmas medidas provocaram uma redução significativa no quadro de trabalhadores, que eram 60.028 funcionários efetivos em 1989, chegando a 34.320 em 2000 (*Id*, p. 221).

Portanto, o confronto entre o Governo FHC e os petroleiros sintetizava o conflito resultante da ofensiva do projeto neoliberal em implantação no Brasil e a resistência da classe trabalhadora.

“FHC já havia exposto claramente sua disposição de fazer enfrentamento a quem contestasse sua política, quando no mês de março declarou não permitir divergências de dirigentes de estatais as suas diretrizes. Reafirmou sua posição um dia antes da decretação da greve puxada pela CUT, quando saíra publicada no Diário Oficial da União a demissão do advogado José Machado Sobrinho da direção da Petrobrás, que fora exonerado dia 28 de abril, por ter feito críticas ao programa de privatização do governo” (*Id*, p. 361).

Por isso era vital para a concretização do projeto em curso quebrar a espinha dorsal do movimento. Assim, a greve dos dura e exemplarmente reprimida.

“Para reprimir a greve e criar um exemplo para o conjunto do movimento sindical, o governo demitiu lideranças, a imprensa acusou os petroleiros pela falta do gás de cozinha (na verdade, os distribuidores especularam com o produto para garantir um aumento do seu preço) e a Justiça do Trabalho decretou a ‘abusividade’ da greve, estabelecendo uma multa diária de R\$ 100 mil enquanto durasse a paralisação, penhorando bens e retendo a receita das contribuições dos sindicalizados” (Mattos, *op. cit.*, p.133).

“‘*Quatro refinarias ocupadas pelo exército*’ (A Tarde, 25.05.95). Essa foi a manchete, na maioria dos jornais brasileiros, no dia 25.05 (quinta-feira). A ocupação começou pela REPAR, às 00:30 do dia 24.05, com cerca de 500 soldados. Às 2:30h foi a vez da REVAP; a refinaria Henrique Lages foi ocupada por nove caminhões com 300 homens da infantaria de Caçapava. As refinarias de Paulínia e Mauá foram ocupadas na mesma hora, às 3:30 da manhã. Na ocupação de Paulínia foram envolvidos 19 caminhões, 17 jipes e oito blindados, todos escoltados por jipes da polícia militar. Nessa última refinaria, a Globo e a Telesp chegaram antes da ocupação e prepararam todo o seu material de transmissão ao vivo” (Romão, 2006. p. 407-408).

Diante da forte repressão, no dia 2 de junho de 1995 a Federação Única dos Petroleiros (FUP) suspende a greve.

Ao impor essa derrota aos petroleiros, o Governo FHC consegue encaminhar suas reformas neoliberais, com a privatização das estatais, quebra dos monopólios do petróleo, mineração e telecomunicações, reforma da

previdência, desmonte da máquina pública, especialmente da saúde e educação, desmonte da rede de proteção social e trabalhista. A conjuntura em questão era de instabilidade e realocação do bloco no poder, por isso, o Governo FCH precisava dar uma resposta efetiva às demandas da burguesia. Portanto, a repressão através dos órgãos do Estado (poder judiciário e forças armadas) foi determinante para a consolidação dos interesses da burguesia na implementação do neoliberalismo.

Os enfrentamentos às reformas neoliberais, bem como aos efeitos da reestruturação produtiva, continuaram. Entretanto, as greves assumiam características cada vez mais corporativas, com pautas específicas e mobilizações isoladas. Acompanhando a própria fragmentação imposta pela reestruturação produtiva.

A análise da greve dos petroleiros de 1995 não passa pela polêmica da sua natureza, pois não há dúvidas da direção consciente do movimento grevista pela FUP e pela CUT. Entretanto, a derrota seguida por uma conjuntura de refluxo dos movimentos dos trabalhadores mostra que uma greve conscientemente dirigida, que articula pautas específicas com reivindicações gerais (projetos de Estado e de sociedade) em consonância com greves de outras categorias e com a mobilização de outros setores (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra também participou das lutas de novembro de 1995) não é garantia de um salto qualitativo na consciência e nas formas de luta da classe trabalhadora. Existem outras determinações objetivas e subjetivas que devem ser consideradas quando se analisa as reivindicações, as formas de luta e de organização dos trabalhadores. Esse é um tema que remonta os debates entre as teorias revolucionárias do século XIX.

5. As greves e as teorias da revolução socialista.

A generalização das lutas dos trabalhadores na Europa do século XIX colocou o tema das formas e das estratégias de luta e organização da classe trabalhadora na pauta dos militantes e teóricos da revolução socialista. Nesse contexto, as greves tinham espaço privilegiado nas teorias revolucionárias, pois invertem a lógica da dominação capitalista, isto é, mostram o poder dos trabalhadores sobre a produção.

A teoria comunista de Marx e Engels considerava que as greves eram verdadeiras *escolas de guerra dos operários*, mas afirmava que essa forma de luta era limitada: “os operários não devem superestimar o resultado final dessa luta quotidiana. Não podem esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos” (Marx, 1987). Lênin dá continuidade a essa interpretação marxista do caráter educativo das greves: “as greves ensinam os operários a unirem-se; as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas”, entretanto, as “greves são um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único” (Lênin, 2003). Assim, Lênin conclui que para luta efetiva pela emancipação da classe trabalhadora “só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas idéias sobre o governo e sobre a causa operária” (*Ibid*).

A tese marxista dos limites das greves deve ser entendida a partir da teoria sobre os limites das organizações sindicais e do papel do *partido operário socialista* na revolução. Giovanni Alves sistematiza bem essa teoria:

“Para Marx, a política tinha o seu verdadeiro estatuto no movimento social da classe, das suas lutas econômicas, que tendiam a criar, quando generalizadas, uma consciência de classe. Essas lutas econômicas generalizadas é que dariam a condição moral para a criação de um partido político da classe operária, cuja meta fosse a conquista do poder político como meio de obter a total emancipação” (Alves, 2003, p. 194).

Portanto, as organizações sindicais e sua principal forma de luta – as greves – encontram-se, segundo a teoria marxista, limitados pelo seu caráter econômico. Assim, os sindicatos e as greves têm uma função pedagógica, para elevar a consciência dos trabalhadores para a organização política – o partido – e a luta política – a conquista do poder.

A teoria anarquista, de Proudhon e Bakunin, rivaliza com o marxismo. Inclusive marxista e bakuninista protagonizaram grandes polêmicas no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (fundada 1864), que promoveram o racha da AIT em 1872. Para a teoria bakuninista a *greve geral insurrecional* é a estratégia para a revolução socialista. Nas palavras de Bakunin:

“Quando as greves se alargam, se interpenetram, é porque está próximo o momento da *greve geral*; e uma *greve geral*, com as idéias de

liberdade que reinam hoje no proletariado, só pode conduzir a um grande cataclisma que dará uma nova estrutura à sociedade” (Bakunin, 1979, p.11).

A tese da *greve geral insurrecional* se pauta no entendimento que a luta revolucionária é uma luta eminentemente econômica, ou melhor dizendo, uma luta pela emancipação econômica da classe trabalhadora. Para os bakuninistas a emancipação econômica só é possível com a destruição simultânea da propriedade privada e do Estado (*Id.*, p. 62).

Rosa Luxemburgo, no texto *Greve de massas, partido e sindicato*, retoma o debate sobre a estratégia da *greve geral*, numa tentativa de responder aos acontecimentos de 1905 na Rússia, já que Marx e Engels se opuseram à estratégia da *greve geral*. Assim, Rosa Luxemburgo argumenta que,

“La Revolución Rusa ha traído ahora como consecuencia una revisión radical de este razonamiento. Por primera vez en la historia de la lucha de clases se ha logrado una grandiosa concreción de la idea de la huelga de masas y, como demostraremos luego, ha madurado la huelga general abriendo por lo tanto una nueva era en el desarrollo del movimiento obrero. De esto no se desprende, por supuesto, que las tácticas de lucha política recomendadas por Marx y Engels fueran falsas o que fuera incorrecta la crítica que hacían del anarquismo” (Luxemburgo, 2008, p. 164).

No esforço de fazer a defesa da teoria marxista, Rosa Luxemburgo acusa os anarquistas de “revolucionários românticos” que se limitavam em fazer a propaganda da *greve geral*. Na verdade, a autora marxista considera que a *greve geral* não é o produto de uma ação consciente da classe trabalhadora, mas sim de condições externas a própria luta de classes:

“Es tan imposible ‘propagar’ la huelga de masas como medio abstracto de lucha como lo es propagar la ‘revolució’. La ‘revolución’, como la ‘huelga de masas’, es una forma externa de lucha de clases, que solo adquiere sentido y significado en determinadas situaciones políticas” (*Id.*, pp. 168-169).

Essa formulação marxista acaba por retirar da história e do processo revolucionário *o sujeito da revolução*, pois considera que a revolução e as condições que levam ao desfecho revolucionário, a greve geral por exemplo, não é o resultado da ação consciente de uma classe, mas sim o resultado do próprio desenvolvimento histórico. Na verdade, essa perspectiva é

extremamente idealista, pois desconsidera a ação concreta dos organismos da classe trabalhadora.

O idealismo dessa formulação acaba por provocar falsas polêmicas, como as dicotomias *greve espontânea-greve não-espontânea*, *greve econômica-greve política* ou ainda *greve geral anarquista-greve geral accidental*. Essas dicotomias são atualizadas por Ricardo Antunes, ao analisar as greves do ABC de 1978/79, e por Edilson Graciolli, ao analisar a greve da CSN de 1988.

Partindo da perspectiva marxista, Antunes e Graciolli consideram que a dimensão espontânea das greves contribuiu para a elevação da consciência da classe trabalhadora, cumprindo seu papel pedagógico. Isso porque a espontaneidade é o resultado do “instinto” da classe, que emerge das condições econômicas imediatas. Portanto, se faz necessário romper com o domínio do “instinto” (luta econômica) para a elevação da consciência (luta pela conquista do poder).

Aqui reside uma diferença fundamenta com a perspectiva bakuninista, pois na teoria anarquista *ação espontânea* não é sinônimo de ação instintiva. Para a filosofia de Bakunin o “instinto” é um reflexo mecânico muito elementar, portanto não se explica a ação humana que provida de reflexão sobre sua própria ação. A ação humana é, na verdade, o exercício da *vontade*.

“Assim, o que chamamos *mundo humano* não possui outro criador imediato além do homem que produz, conquistando passo a passo, sobre o mundo exterior e sobre sua própria bestialidade, sua liberdade e sua dignidade humana. (...) O homem cria este mundo histórico pela força de uma atividade que encontrais em todos os seres vivos, (...) instintiva e fatal, anterior a qualquer pensamento, mas que, iluminada pela razão do homem e determinada por sua *vontade refletida*, transforma-se nele e para ele em *trabalho inteligente e livre*” (Bakunin, 1988, pp. 68 e 70).

Portanto, a *ação espontânea das massas* é a *livre vontade* da classe trabalhadora. A luta concreta é, necessariamente, uma luta consciente, detentora de intencionalidade. Nessa perspectiva não existem greves desprovidas de direção consciente. Sendo uma ação de classe, as greves são expressões concretas da consciência. Por isso, debater ter se uma greve é espontânea ou não contribui para o entendimento da intencionalidade do

movimento. Tão pouco é relevante afirmar que uma greve contribui para a tomada de consciência.

Nesse sentido, o que é relevante nos estudos das lutas dos trabalhadores é compreender a intencionalidade dos sujeitos em luta. As três greves aqui debatidas, segundo a teoria bakuninista, eram possuidoras de direção consciente (em última análise a própria vontade dos trabalhadores), mas lhes faltava a estratégia política revolucionária, capaz de apontar para uma situação sem retorno: *a greve geral insurrecional*.

No processo de constituição da CUT e do PT, principais organizações dos trabalhadores no final do século XX, a orientação política revolucionária foi abandonada ainda na década de 1980, quanto a luta eleitoral se tornou o principal objetivo dessas organizações:

“A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora”. (Resoluções do II CONCURT, 1986).

Segundo essa linha política, as greves, gerais ou setoriais, não tinham por objetivo avançar para a ruptura revolucionária. As lutas sindicais ficaram subordinadas a luta eleitoral, onde o partido substitui a entidade de base no protagonismo da lutas pela transformação da sociedade. Por isso, mesmo uma greve com as dimensões e organização da greve dos petroleiros de 1995 tem seu alcance limitando pela intencionalidade dos sujeitos em luta.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho (confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo, 2000a.

_____. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000b.

_____. *Limites do sindicalismo - Marx, Engels e a crítica da economia política*. Bauru, Práxis, 2003.

ALVES, Maria H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1989.

BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, socialismo e antiteologismo*. São Paulo, Cortez, 1988.

_____. *O socialismo libertário*. São Paulo, Global, 1979.

BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In Boito Jr., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

GRACIOLLI, Edílson José. *A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro/88*. Campinas. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1994.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo, Xamã, 2004.

MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARX, Karl. *Salário preço e lucro*. São Paulo: Ed. Global, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. Huelga de masas, partidos y sindicatos. In Luxemburgo, *Obras escogidas*. Izquierda Revolucionaria, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In Boito Jr., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

ROMÃO, Frederico Lisboa. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995 - a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. Campinas. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 2006.

_____. *Óleo da terra, homens e mulheres da luta: petroleiros de Getúlio a FHC*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

VEIGA, Sandra M. & FONSECA, Isaque. *Volta Redonda: entra o aço e as armas*. Petrópolis, Vozes, 1990.